

História, estórias: morte do "real" ou derrota do pensamento?

Maria Célia Marcondes de Moraes*

Mário Duayer**

Resumo: O trabalho discute as irresoluções epistemológicas que hoje geram importantes discussões no campo da Filosofia e que ali determinam um significativo ponto de inflexão teórica e metodológica. Trata-se, também, de acompanhar o movimento desta inflexão e suas repercussões na pesquisa em História e em Educação. Neste contexto, discute-se as proposições pós-estruturalistas e sua subjacente "virada lingüística", mapeando-se seus impactos na pesquisa nesses dois campos do conhecimento.

Palavras-chave: filosofia, pesquisa histórica, pesquisa educacional.

Abstract: This paper offers a critical exposition of some aspects of the epistemological dilemma that nowadays raises an important debate in the field of Philosophy. The paper stresses post-structuralism and its underlying "linguistic turn", and discusses the theoretical and methodological repercussions of these proposals on historical and educational research.

Key words: Philosophy, Historical Research, Educational Research .

Introdução

As últimas décadas testemunharam um clima geral de "crise" nas ciências sociais e na filosofia, bem como o aparecimento de uma multiplicidade de propostas teóricas e metodológicas que, em última análise, expressam a crise de confiança e a falência de uma determinada concepção de razão: a chamada razão moderna de corte iluminista. Razão que imaginou ser possível fundar o conhecimento circunstanciado, racional, firmemente ancorado nos fatos.

* Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

** Professor Titular da Universidade Federal Fluminense – UFF.

64 • Maria Célia Marcondes de Moraes e Mário Duayer

A razão ora posta em juízo sempre possibilitou a nítida demarcação entre racional e irracional, entre *episteme* e *doxa*, entre verdade e erro, entre ciência e não ciência, incluindo, neste último caso, uma hierarquização das ciências particulares – umas mais e outras menos científicas. Assegurava, a rigor, o estatuto de cientificidade das várias ciências, inclusive o das Ciências Sociais e o da História. O movimento crítico contemporâneo, no entanto, dada sua extensão e magnitude, desestrutura tudo aquilo sobre o que se referenciava a prática do conhecimento científico. Por esse motivo, as ciências não puderam ignorar a crise, já que esta é igualmente a *sua* crise. Havia que confrontar as novas condições que punham em questão a sua própria legitimidade. Como se pretender rigoroso ou científico um saber se não há mais objetividade, se os valores são sempre seus elementos constitutivos, se previsão e controle estão predicados a esses valores, etc.? Como se pretender rigoroso, acurado ou científico um saber que não dispõe mais da chancela da concepção moderna e iluminista de racionalidade?

Assim, mais do que as Ciências da Natureza que, mal ou bem, como sugere Rorty, terminam sancionadas por seus sub-produtos tecnológicos, as Ciências Sociais e a História, sem tal instrumento de legitimação, sofreram muito mais o impacto do movimento crítico. Neste sentido, suas indagações percorrem um duplo caminho. Por um lado, perguntam-se pelas condições de sua própria prática enquanto saber específico, voltam-se para si mesmas e questionam seus próprios fundamentos, métodos, critérios de justificação, etc.. De outro, por sofrer o impacto das teorias, formulações, perspectivas, sintetizadas no campo da filosofia contemporânea, buscam ali seus novos referenciais teóricos. Esta comunicação procura dar conta de aspectos deste duplo caminho no campo da História, apontando, ainda que provisoriamente, suas repercussões na pesquisa em Educação.

Desventuras da epistemologia da história

Não pode ser mera coincidência que precisamente no momento em que a sociabilidade do capital detém uma hegemonia incontrastada, a História e as Ciências Sociais procurem passar a limpo sua fundamentação filosófica e metodológica. Processo que, ademais, longe de estar imune às redefinições teóricas realizadas no campo da filosofia, vale-se delas com notável eficácia .

História, estórias: morte do "real" ou derrota do pensamento? • 65

Por esta razão, o momento atual oferece uma rara oportunidade para se analisar tal processo de reformulação. Oportunidade que a pesquisa que ora realizamos propõe explorar concentrando-se, principalmente, nas reelaborações mais recentes nos campos da Filosofia e da metodologia da História. Importante ressaltar, porém, que por serem as mais recentes, entre outras tentativas da História de procurar reconhecer e ver reconhecido seu estatuto como saber específico, estas reelaborações devem ser analisadas como um momento de um processo mais geral e a ele referidas.

Este processo, para colocá-lo em termos bastante esquemáticos, tem início no período durante o qual a História – bem como as demais Ciências Sociais – sofre a influência decisiva de diferentes posições filosóficas positivistas, até experimentar uma inflexão nas últimas décadas. Desta vez, sob a influência, seja de posições filosóficas por alguns denominadas de antipositivistas, representadas por teóricos da filosofia da ciência como Kuhn, Lakatos, Feyerabend, etc., seja por tendências filosóficas mais gerais como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo e o neopragmatismo. Tais fases do processo sinalizam, a primeira, o compromisso da História com os preceitos epistemológicos de demarcação científica e, a segunda, a rejeição, radical às vezes, outras nem tanto, de tal compromisso.

O compromisso na primeira fase era, portanto, a demarcação entre ciência e não-ciência. E a História cuidava de fugir da fronteira, à qual se via ameaçada na condição de ciência social e humana. Na segunda, pelo contrário, tudo vira ao avesso. Pois a refutação da epistemologia teve que ser em bloco: implicou abolir toda possibilidade de discriminação entre tipos de conhecimento, discriminação esta sempre e exclusivamente fundada em critérios epistemológicos. É que os acontecimentos (dados) que antes verificavam, depois confirmavam e adiante falsificavam as proposições e, por estas vias, separavam o científico do não-científico, distinguiam o racional do irracional, apartavam a verdade da falsidade, estes fatos, como se veio posteriormente a "descobrir", eram já produtos da linguagem, vinham carregados de interpretação, de preconceções, noções metafísicas, valores, etc. Não custou concluir que sustentar o caráter científico do conhecimento em fatos produzidos pelo conhecimento envolvia uma formidável tautologia. E, vale recordar, como a verdade, o racional, a possibilidade de conhecer o real, dependiam exclusivamente destes procedimentos epistemológicos, foram todos postos fora junto com a água e o balde. Esta é a época, cética e pragmática,

66 • Maria Célia Marcondes de Moraes e Mário Duayer

dos textos e das interpretações que não podem e não querem mais expressar a realidade, mas se constituem em simples relatos ou narrativas que, presas das injunções de uma cultura, acabam por arrimar-se no contingente e na prática imediata.

O movimento crítico, indo porém ao extremo, terminou por sorver o próprio real, proclamou seu colapso, decretou sua inexistência. Foi o “crime perfeito”, como diz Baudrillard, o “assassinato da realidade” (Baudrillard, 1996: p. 1). O vácuo aberto pelo colapso do real foi preenchido pelo *linguistic turn*, pelos “jogos de linguagem sem sujeito”, com a conseqüente redução de todo discurso, inclusive o científico, à literatura. A História pode, assim, ser concebida como literatura, uma narrativa cuja demarcação com a ficção ficou quase imperceptível.

Em tal movimento de sanitização, verteu-se fora não só as impurezas detectadas pela inspeção crítica, mas o próprio objeto da inspeção; não apenas os métodos empregados para validar o conhecimento sistemático e arrazoado, mas a verdade, o racional e a possibilidade de cognição do real (Ahmad, 1996: 20). O que deixa transparecer menos uma inflexão, como o processo se apresenta à primeira vista, do que um aprisionamento da crítica, consciente ou não, pelos problemas e tópicos priorizados na agenda da posição criticada. Visto por esta ótica, as concepções genericamente caracterizadas como anti-positivistas permanecem reféns da problemática positivista, do seu “epistemologicismo”, e não o superam pela simples negação. Suspendem o problema posto pelo positivismo, em lugar de resolvê-lo. Arriscando uma provocação, poder-se-ia denominá-las de cripto-positivistas, na medida em que reafirmam, negando, o problema positivista da demarcação entre ciência e não-ciência. E, mais essencialmente, porque, como o positivismo, impugnam por princípio toda colocação ontológica. Desqualificada por este como metafísica; desvalidada por aquelas como metanarrativa.

Escrever história ou reescrever estórias?

Neste ponto, talvez, encontre-se o aspecto mais interessante deste debate: a interface da discussão teórica e metodológica da História com as controvérsias discursivas do pós-estruturalismo e as tendências envolvidas na atual polêmica entre realistas e anti-realistas (sobretudo as que envolvem o neopragmatismo de R. Rorty) e até mesmo, irrealistas.

História, estórias: morte do “real” ou derrota do pensamento? • 67

Como é possível antecipar – discussão já registrada em alguns trabalhos por nós publicados – é no campo da Filosofia que encontraremos os referenciais teóricos mais pertinentes para enriquecer essas questões.

Como se sabe, é próprio à agenda pós-estruturalista a sedução persuasiva do *linguistic turn*. *Virada, ou giro*, como querem alguns, que em muitos casos alcança extremos ao propor, por exemplo, uma irredutibilidade radical da linguagem de tal forma que, a experiência possível da “realidade” nada mais seria do que um constructo ou um ‘efeito’ do sistema particular de linguagem próprio à cultura à qual pertencemos (Moraes, 1996: p. 50). Em uma inédita negação de qualquer referente, a linguagem como que ‘descola’ da realidade que, reduzida a um jogo intertextual, não mais se distingue da ficção. Basta à crítica, assim, sublinhar os silêncios e as ausências na linguagem, desconstruir textos, desmascarar os modos pelos quais a linguagem esconde de si mesma sua inabilidade de representar algo para além de suas fronteiras¹.

Suavizada assim em ‘ilhas de discursos’, ‘jogos de linguagem’, ‘série de metáforas’, uma entre muitas, só resta à História expressar ou referir-se à outras articulações discursivas que, reza o credo, só podem ser ajuizadas de acordo com critérios que lhes são imanentes. Dessa forma, aquilo que conta como “verdade” ou “realidade” em qualquer momento histórico é sempre relativo (ou construído internamente) a um particular jogo de linguagem, ou a um contexto cultural específico de significados e valores. Isto é, “verdade” ou “realidade” são resultados do que uma sociedade aceita como “normal” neste determinado momento e neste contexto específico. Em tal relativismo esvaziado de qualquer genuína proposta cognitiva – seja na História, na Filosofia, na Educação, na Epistemologia ou na Teoria Política – não existe base para qualquer crítica, nenhum critério para juízos, nenhum fundamento para uma ética (Norris, 1996: XIII e XIV).

Mesmo quando uma certa objetividade do contexto histórico não é de todo negada, como em Rorty, por exemplo, ela não pode ser alcançada pelo pensamento que, em última análise, está sempre imerso em uma cultura. Assim como não há uma plataforma supra-cultural, um “gancho celeste” a partir do qual se possa sair da própria cultura para contemplar o mundo “lá fora”, não pode haver, por conseguinte, um estado mental cujo conteúdo pudesse ser o “espelho” deste mundo. A sua representação só pode ser, portanto, textual, cultural etc., simplesmente porque

68 • Maria Célia Marcondes de Moraes e Mário Duayer

“não existe algo como o modo pelo qual uma coisa realmente acontece, para além de sua descrição, para além do uso que os seres humanos possam fazer dela (Rorty, 1991: 99).

Diante do atual movimento crítico desestruturador e de colapso do real proposto pela Filosofia, pode-se identificar, em linhas gerais, diferentes respostas de reformulação no interior da pesquisa historiográfica. Talvez uma das mais curiosas seja a que assume, com consciência e satisfação, as novas circunstâncias do escrever sobre a História. Está em total sintonia com as resoluções que pensam o processo histórico como textualidade, afirmam o primado da linguagem, sublinhando seu caráter determinante, como também o fato de que não há referentes para além da própria linguagem. Bons exemplos, entre outros, – e não obstante suas diferenças – são os historiadores Dominick LaCapra, Gareth Stedman Jones, Antony Easthope, James Vernon e Patrick Joyce, para ficarmos apenas no campo da historiografia anglo-saxônica. Naturalmente, tal resposta exclui qualquer tentativa de justificar a História por meio de seu poder de capturar a “realidade”. Aliás, sequer se trata de afirmar a especificidade do discurso da História por contraste com outros discursos, notadamente o da literatura.

Bem ao gosto desta linhagem e das modas discursivas da Filosofia está o historiador inglês Patrick Joyce, adepto assumido do *linguistic turn*. A seu ver, o significado dos termos e dos conceitos é resultado de um sentido que é por nós atribuído e jamais encontrado em um mundo real que pudesse existir para além desta atribuição de sentido. Afirma, com inusitada convicção: “a classe, como qualquer outro ‘sujeito’ social coletivo, apresenta-se como uma forma imaginada e não como algo dado em um mundo ‘real’ que existisse além desta forma.” (Joyce, 1994: 1). E conclui: a forma imaginada não é “a imagem de alguma coisa, mas é aquilo sem o que nada pode existir (...), a sociedade e ‘o social’ são o resultado desse ‘imaginário’.” (idem, 4). Não é casual que Joyce, entre outros historiadores, “revisitem” o papel da classe trabalhadora no processo histórico real e o traduzam em termos mais adequados às premissas do culturalismo histórico². Não se trata mais de pesquisar sua história, mas tão somente de relatar as histórias que a cercaram.

Joyce e outros historiadores contemporâneos – sobretudo no mundo anglo-saxão –, em sua radical identificação com as proposições pós-estruturalistas e relativistas, recusam as categorias históricas como fe-

nômenos ontologicamente referenciados. Neste caso, História e estória não se distinguem, uma vez que o processo histórico é compreendido como textual, contingente, fragmentário, descontínuo, plural. Sendo assim, só pode ser assunto de um conjunto de estilos de narrativa (Moraes, 1996: 298). O próprio campo de investigação do historiador, a **duração**, sofre um peculiar trabalho de decomposição, de tal forma que o tempo desacelera-se em temporalidades heterogêneas, descontínuas e desarticuladas. Como lembra Jameson, é como se o tempo tivesse se fragmentado “em uma série de presentes perpétuos” (Jameson, 1984: 26).

Não surpreende, portanto, que sólidas referências conceituais tradicionalmente utilizadas pelos historiadores que pensam o “real”, sejam simplesmente descartadas: totalidade, interpretação, verdade, o sentido do agir humano. Mesmo aspectos relevantes para a pesquisa histórica, como o que são e qual é o papel das fontes e a própria noção de método, sofrem uma revisão demolidora. Historiadores desta “nova” tendência tendem a concordar com Rorty que razão, verdade e linguagem têm sua origem na arbitrariedade e na contingência e nada mais seriam do que “ferramentas”, recursos úteis que encontramos para lidar com a vida cotidiana. E, enquanto tais, seriam essencialmente relativas a finalidades e interesses também variáveis e contingentes e definidas pelo papel que desempenham no contexto do debate.

Não obstante o fascínio exercido por este estilo de contar estórias, encontramos ainda hoje historiadores, sobretudo os que pertencem ou são de alguma forma tributários da tradição marxista inglesa – Hobsbawm, Saville, Anderson, Brian Palmer, Harvey Kaye, etc. – que ainda insistem na singela afirmação de que há referentes e que neles está a condição essencial da boa teoria. Em sua fecunda investigação dos acontecimentos históricos não deixam de identificar a dupla problemática do objeto da História, a uma só vez ontológica e metodológica e reconhecem a História como uma disciplina capaz de analisar e compreender totalidades significativas, ratificando sua inteligibilidade essencial.

E. P. Thompson, talvez um dos mais importantes historiadores deste século e desta tradição, sempre soube que “o objeto do conhecimento histórico é a história *real*” (Thompson, 1978: 232), e que a Literatura, é contribuição próxima e essencial na pesquisa do historiador. Entretanto, embora sejam ambos processos de ‘recriação’ e ‘invenção’, o limite entre elas é claramente demarcado. Constituem-se em ‘narrativas’ de porte e

70 • Maria Célia Marcondes de Moraes e Mário Duayer

competência diferentes: expressam a realidade, mas a expressam, a 'relatam', de modos profundamente diferenciados (Moraes, 1996: p. 298).

Como se vê, Thompson nos indica o óbvio: a Literatura possui um campo vastíssimo e, como se sabe, todo texto literário ocupa um determinado espaço social, tanto como produto do mundo social dos autores, quanto como agente textual atuando sobre esse mundo, com o qual mantém uma relação complexa e contraditória. A Literatura, assim, ao mesmo tempo espelha e engendra o sentido de realidade de uma cultura e das formações sociais sobre as quais ela intervém para sustentar, resistir ou contestar, dependendo do caso em questão. Por este motivo, a Literatura, para além do que é em si mesma, será sempre uma inesgotável e rica fonte de informações para os historiadores³ (Moraes, 1996: 298).

Entretanto – como sabem Thompson e os historiadores que insistem no fato de que a teoria tem conseqüências –, o texto literário e o contexto histórico não são uma mesma trama: um não pode ser reduzido ao outro, nem tomados como idênticos. A 'narrativa' histórica constitui-se na possibilidade e no compromisso de compreender o contexto do qual a literatura faz parte, mesmo consciente de que não pode traduzi-lo mediante uma imagem categórica, objetiva ou definitiva. Sua meta é a de, mediante a análise do processo social real, expressar e problematizar a complexidade das determinações sociais do contexto histórico privilegiado, a estrutura interna que lhe é própria e que é continuamente renovada, recriada, redefinida. Essas características, por certo, não autorizam o ocultamento das demarcações entre ficção e o processo social real. Nem, muito menos, a redução desse processo a uma dimensão simbólica qualquer.

A educação neste embate teórico: primeiras aproximações

Poucas instituições, talvez, sintetizem de forma tão explícita os ideais da modernidade e da Ilustração como a educação escolarizada e pública. Daí, possivelmente, a convicção, que ainda transparece em muitas pesquisas na área, de que a própria possibilidade da educação e da pedagogia "... repousa no pressuposto da existência de um sujeito unitário e centrado e na finalidade da educação como a construção de sua autonomia, independência e emancipação." (Silva, 1995: p. 248). Proposições que, evidentemente, contrapõem-se às alternativas pós-estruturalistas e afins.

História, estórias: morte do "real" ou derrota do pensamento? • 71

Assim, não chega a surpreender, como indica uma rápida e preliminar avaliação dos trabalhos apresentados na ANPEd/ 95 e 96 (GTs História da Educação e Filosofia da Educação), que não seja encontrada uma **quantidade expressiva** de trabalhos dedicados à uma reflexão específica e crítica sobre o embate teórico e metodológico, já presente nas Ciências Sociais e na História, sobre as controvérsias discursivas do pós-estruturalismo e a polêmica entre realistas, anti-realistas e irrealistas, e claro, suas conseqüências para a pesquisa.

De todo modo, é inegável o sensível crescimento, entre os pesquisadores no campo da educação, da preocupação e do sentido de urgência em aprofundar esses estudos. De fato, para além da diversidade de enfoques e temas, pode-se perceber nítidos sinais de rachadura na rígida capa de indiferença que, até a pouco, encobria o horizonte da pesquisa educacional. Já são visíveis as chamadas "novas" abordagens e a construção de "novos" objetos discursivos também na Filosofia e na História da Educação. Ousamos afirmar, até mesmo, que são perceptíveis importantes inflexões nos modos de investigação neste campo de pesquisa.

Assim, e apenas a título indicativo, percebe-se, paralelamente às tradicionais linhas teóricas presentes na Filosofia e na História da Educação, a emergência de uma série de propostas que, grosso modo, incluem as principais teses da "nova história" e/ou da agenda *pós-estruturalista*: desde a genealogia foucaultiana (uma forte presença, sobretudo na análise das relações de poder na escola), às estórias do cotidiano, ao culturalismo, à ação comunicativa habermasiana até, naturalmente, à ênfase no discurso e no imaginário. Percebe-se, também, a apologia a um certo "holismo" e, com frequência, o reconhecimento de que vivemos em tempos de "agonia do mundo instituído pela modernidade". Não temos ainda dados suficientes para traçar, com nitidez, o perfil dessas tendências. Uma leitura inicial, porém, nos indica que poucas vezes estas teses são avaliadas criticamente, sobretudo desde um ponto de vista teórico e metodológico mais amplo e em associação com os atuais embates na Filosofia e na História.

Ainda que de modo preliminar, podemos indicar outros aspectos já antevistos nos trabalhos analisados: a) entre os historiadores da educação, raras vezes a virada linguística (*linguistic turn*) é assumida integralmente. Até o momento, somente em algumas poucas comunicações apresentadas no GT Filosofia da Educação (96 e 97) encontramos posições teóricas que se aproximam desta tese e concordam em eliminar a fronteira

72 • Maria Célia Marcondes de Moraes e Mário Duayer

entre história e estória – sobretudo as que explicitamente são caudatárias do neopragmatismo rortyano; b) nota-se ainda, em alguns trabalhos, uma caracterização bastante ingênua do positivismo. A crítica a esta corrente de pensamento não se reporta às suas versões contemporâneas e fica presa a um positivismo ingênuo (que concebe o conhecimento científico como objetivo e neutro e a verdade científica como fotografia do real) o qual, duvida-se, tenha algum dia existido; c) da mesma forma, aparecem referências a um paradigma marxista tão rígido e estereotipado que, também neste caso, é lícito questionar quando e por quem teria sido utilizado; d) nesta linha de ingenuidade e rigidez, percebe-se algumas vezes a presença do que chamamos de falácia epistemológica: se não é possível conhecer o mundo tal como ele é e espelhá-lo nas teorias, passa a imperar, então, a perplexidade, um certo ceticismo niilista.

Vale lembrar, a título de curiosidade, que a questão teórica e metodológica da pesquisa em Educação, também vem se constituindo em foco de interesse de historiadores latino-americanos da Educação. No III Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana (Caracas, junho de 1996), uma das sessões foi dedicada às *Tendências teórico-metodológicas na investigação da História da Educação latino-americana*, que contou com mais de dez trabalhos inscritos, alguns de corte “pós-estruturalista”. E, a programação do IV Congresso, a realizar-se em Santiago do Chile, em 1998, também tem prevista uma sessão dedicada ao tema. A pesquisa que ora desenvolvemos propõe-se a acompanhar estas novas tendências, no Brasil e no exterior, situando-as no quadro geral da pesquisa educacional.

Para concluir, vale registrar que mesmo em seu estágio inicial a pesquisa revela que escolhemos um instigante campo para a investigação. Das várias nuances de adesão de educadores aos atuais modismos epistemológicos, às múltiplas formas de resistência, o que é possível já antever é a amplitude e a riqueza da temática que se trata de percorrer.

Notas

1. Nos estudos que ora realizamos, procuramos sustentar a refutação dos termos deste debate em autores situados em posições diametralmente opostas do espectro polifônico e ideológico, a saber Richard Rorty e Georg Lukács. Não obstante as diferenças entre

História, estórias: morte do "real" ou derrota do pensamento? • 73

Rorty e Lukács – o primeiro é crítico radical de todo realismo e o segundo trata de afirmar a regência do real nos processos cognitivos –, localizamos uma afinidade substantiva em suas propostas teóricas: em sua crítica imanente ao racionalismo cientificista, chegam a uma mesma denúncia, a saber, a unilateralidade da Filosofia reduzida à gnosiologia. Isto é, ambos recusam e opõem-se à metafísica kantiana e à sua correspondente solução gnosiológica. Rorty, ao buscar a resolução pós-metafísica para tal tradição, termina por renunciar também à gnosiologia; Lukács, porque nunca renunciou à ontologia em favor da gnosiologia, não precisou excluí-la de suas proposições

2. Ver a respeito, JONES, Gareth Stedman, **Languages of Class: Studies in English Working Class History, 1832-1982**, Cambridge:Cambridge University Press: 1983, onde o autor descontextualiza a experiência do Cartismo, na Inglaterra, e se esforça para mostrar como a linguagem radical do séc. XVIII sobredeterminou as lutas das décadas de 30 e 40 do século XIX.
3. Ver a respeito, o estudo de THOMPSON, E.P., **Witness Against the Beast, William Blake and the Moral Law**, Cambridge: Cambridge University Press, 1993, e SEVCENKO, Nicolau, **Literatura como missão**, 3 ed., S. Paulo:Brasiliense, 1989 e **Orfeu extático na metrópole**, S. Paulo:Cia. das Letras, 1992.

Referências bibliográficas

- AHMAD, A. *Culture, Nationalism, and the Role of Intellectuals*. *Monthly Review*, v. 47, n.3, p. 41-58, jul/ago, 1995.
- BAUDRILLARD, J. **The Perfect Crime**. N York London: Verso, 1996.
- DUAYER, M. e MORAES, M.C.M. *A ética pragmática do neoconservadorismo: Richard Rorty*. In: BOFF, L. et al. **Ética**. Rio de Janeiro: Uapê, 1997.
- JAMESON, F. *Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism*. **New Left Review**, n. 146, p. 53-93, 1984.
- JONES, G. S. **Languages of Class: Studies in English Working Class History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 1832-1982.

74 • Maria Célia Marcondes de Moraes e Mário Duayer

JOYCE, P. (ed). **Class**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

MORAES, M. C. M. *Os 'pós-ismos' e outras querelas ideológicas. Perspectiva*. Florianópolis, Editora USFC, n. 25, p.45-60, jan./jun, 1996.

NORRIS, C. **Reclaiming Truth**. Durham: Duke University Press, 1996.

RORTY, R. **Objectivity, Relativism and Truth, Philosophical Papers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, v. I.

SILVA, T. *T.O adeus às metanarrativas educacionais*. In: SILVA, T. T. (org) **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 247-258.

SILVA, T. T. *O projeto educacional moderno: identidade terminal?* In: VEIGA-NETO, A. J. (org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995, p. 245-260.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

THOMPSON, E. P. **The Poverty of Theory and Other Essays**. London: The Merlin Press, 1978.

THOMPSON, E. P. **Customs in Common**. London: Merlin e New York: The New Press, 1991.

THOMPSON, E. P. **Witness Against the Beast, William Blake and the Moral Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.